

Brasília, 29 de março de 2023.

Cumprimentos protocolares

Estamos aqui, na vigésima quarta Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, relançando nossa Frente Parlamentar Mista Municipalista, da qual tenho orgulho de ser vice-presidente.

Há anos, talvez décadas, ouvimos dizer que as pessoas moram nos municípios, que percebem e vivem a vida em sociedade dentro de suas cidades.

Pois bem, nossa Frente se faz necessária porque vocês encaram muitas dificuldades para manter a infraestrutura de suas cidades e entregar serviços de qualidade à população.

É nesse sentido e com esse propósito que vamos continuar trabalhando pelos municípios e para seus moradores.

Estamos atentos aos anseios do municipalismo. Temos ciência do desejo da aprovação de uma PEC que estenda a mesma Reforma da Previdência da União aos Municípios para aliviar os fundos próprios de previdência e organizar as carreiras do funcionalismo municipal.

Quero que saibam, amigos e amigas, que nosso colegiado será sempre uma casa de portas abertas para o debate envolvendo esses e outros temas que implicam diretamente na gestão municipal.

Nós vamos trabalhar para que o pacto federativo seja uma realidade.

Vamos trabalhar para que cada vez mais os recursos cheguem na ponta, nas cidades, onde as pessoas mais precisam. E quem está próximo são os prefeitos e vereadores.

Lembro, aqui, que fui autor do projeto que resultou na Lei Complementar 176/2020.

Por meio desse mecanismo, a União repassará aos Estados e Municípios, de 2020 até 2037, o montante de R\$ 58 bilhões referentes ao Fundo de Compensação de Exportação da Lei Kandir.

O meu Mato Grosso e nossos 141 municípios receberão, juntos, um total de aproximadamente R\$ 8 bilhões ao fim desse período.

O trabalho não para por aí. Nesse momento, estamos perto de receber propostas importantes do Poder Executivo que vão impactar diretamente os municípios brasileiros. Exemplo disso é a reforma tributária.

No que tange a essa matéria, vamos nos debruçar para chegarmos ao melhor formato. Aquele que não penalize as cidades, sejam elas produtoras ou consumidoras.

O equilíbrio é nosso maior desafio. E tenho certeza de que vamos chegar lá.

Aproveito a oportunidade para informar que estamos apresentando uma PEC para a atualização monetária de repasses de recursos federais aos municípios.

Essa medida é um pedido do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, um municipalista que inspira nosso trabalho para a implantação de um pacto federativo real e justo.

É, também, um desejo do presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, o meu amigo Neurilan Fraga.

Essa PEC vai garantir a continuidade de programas em áreas como saúde e educação sem que haja falta de verba nas Prefeituras.

Por fim, volto a colocar meu mandato e essa Frente à disposição de cada um de vocês.

Tenho certeza que o nosso presidente, o deputado Benes Leocádio, também estará sempre disponível para receber suas demandas e trabalhar para que sejam resolvidas da melhor maneira possível.

Sejamos perseverantes e sigamos firmes nos propósitos do municipalismo.

Muito obrigado!